

137

**A Política das Forças
Armadas: Conflitos e
Institucionalização do
Regime Militar**

Shiguenoli Miyamoto
Juliana Santos Maia Bertazzo

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do Instituto.

Primeira Versão é, portanto, uma publicação predominantemente voltada para a circulação interna, mas, por isso mesmo, pode vir a preencher um papel importante na vida acadêmica e intelectual do IFCH.

Primeira Versão está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

FICHA TÉCNICA

Diretor: Prof. Dr. Arley Ramos Moreno

Diretor Associado: Prof^ª Dra. Nádia Farage

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof^ª Dra^a Nádia Farage;

Coordenação da Revista *Idéias*:

Profa. Dra. Maria Lygia Q. de Moraes;

Coordenação da Coleção *Idéias*:

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva;

Coordenação das Coleções *Seriadas*:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira;

Coordenação da Coleção *Trajatória*:

Prof. Dr. Alvaro Bianchi;

Coordenação das Coleções *Avulsas*

Profa. Dra. Guita Grin Debert.

Representantes dos Departamentos:

Profa. Dra. Maria Lygia Q. de Moraes – DS,

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – DH,

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF,

Prof. Dr. Alvaro Bianchi – DCP,

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA.

Representantes dos funcionários do

Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Fábio Scherer (pós-graduação)

Eugenio Braga (pós-graduação)

Renato César Ferreira Fernandes (graduação)

Setor de Publicações:

Maria Cimélia Garcia – Maria Lima – Maria Aparecida Palma de Lima

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3521.1604 / 3521.1603 – Fax: (019) 3521.1589

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

Capa – Composição e Diagramação – Revisão – Impressão
IFCH/UNICAMP

A POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS: CONFLITOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR¹

*Shiguenoli Miyamoto**

*Juliana Santos Maia Bertazzo***

Introdução

Mudanças profundas se processaram nos destinos do país, pouco tempo depois que as Forças Armadas assumiram o poder em abril de 1964.² Com durabilidade estabelecida pelo Ato Institucional (AI) de 9 de abril, o novo regime que deveria vigorar até janeiro de 1966 foi drasticamente afetado com as clivagens verificadas no âmbito interno da instituição militar e com as manifestações de setores da sociedade, descontentes com os rumos tomados pelo golpe que eles mesmos apoiaram.

* Shiguenoli Miyamoto – Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Livre-Docente em Relações Internacionais e Política Comparada; Professor Titular do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Email – shiguenoli@gmail.com.

** Juliana Santos Maia Bertazzo – Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília; Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, onde desenvolve atualmente Tese de Doutorado com bolsa concedida pela FAPESP. Email – jbertazzo@gmail.com.

¹ A produção deste texto contou com recursos do CNPq através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida a Shiguenoli Miyamoto. Juliana Bertazzo agradece a FAPESP pelo apoio financeiro.

² As Forças Armadas aqui são entendidas como as três forças singulares simultaneamente. Não estamos diferenciando a maior capacidade operacional ou de poder efetivo que uma ou outra possa deter, mas certamente estamos conscientes de que nem sempre o que uma Força pensa reflete o mesmo espírito de suas coirmãs.

Para viabilizarem o golpe, grupos distintos se aglomeraram em torno de um objetivo único, qual seja, o encerramento imediato do governo de João Belchior Marques Goulart (09.09.1961 a 01.04.1964), quebrando a ordem legalmente estabelecida e contrariando seus próprios princípios, de obediência ao poder constituído. Tendo atingido este objetivo, disputaram o poder durante as duas décadas seguintes.

Dois momentos podem ser considerados decisivos, porque mudaram completamente os rumos do movimento de 64: o primeiro, com as eleições de 1965, quando representantes da “velha ordem” obtiveram resultados significativos nas urnas, imediatamente seguido do *Ato Institucional nº 2*, de 27 de outubro; o segundo deu-se 3 anos depois, quando foi editado o *Ato Institucional nº 5*, em 13 de dezembro de 1968. O período que começa a partir deste ato passou a ser designado pela literatura como “anos de chumbo”.

Desde o primeiro evento, e sobretudo após o segundo, a durabilidade do regime e a forma como as políticas seriam conduzidas pelos militares tornaram-se uma incógnita, a não ser sob um aspecto: o modelo político seria cada vez mais autoritário, repressivo e apoiado no binômio segurança e desenvolvimento. O tempo se encarregou de mostrar que durante todo o período do regime militar fortes divergências apresentaram-se dentro das Forças Armadas, no seio de parte da sociedade que apoiou o movimento, e entre esses dois. Duas gerações depois de deflagradas as marchas que derrubaram o presidente Goulart o resultado final de tais tensões é conhecido, ainda que muitos fatos ocorridos durante a vigência da ditadura castrense estejam envolvidos em névoas.

Para aqueles que estavam acostumados a ver o papel das Forças Armadas apenas como poder moderador em situações de crise, imediatamente retornando aos quartéis após uma intervenção na política, o movimento de 1964 trouxe novas inquietações. O que saiu de errado nessa ocasião que não repetiu as situações anteriores? As Forças Armadas estariam agora exercitando novo papel, diferente daquele que até então assumiram? Apenas agora sentiram o prazer de estabelecer-se no poder e comandar o

aparato de Estado, segundo as concepções gestadas em décadas anteriores, por exemplo, através da Escola Superior de Guerra? O que poderia explicar esse novo quadro?

Na realidade esse tipo de interpretação sempre sofreu de critérios mais sólidos em termos analíticos, como procuramos desenvolver nos parágrafos que se seguem. O intuito desse texto é tecer algumas notas sobre o final da década de 60 no Brasil, em especial após a edição do AI-5, e de maneira mais específica sobre o comportamento das Forças Armadas, o principal agente responsável pelo novo regime.³

Os militares: motivações, pensamento e ação

Nenhuma instituição é política ou ideologicamente monolítica. Diversas tendências são facilmente observadas nos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, entidades religiosas, etc. Grupos progressistas

³ Algumas observações devem aqui ser feitas. Em primeiro lugar não vamos discutir com pormenores as dissensões entre os membros das Forças Armadas, mas o comportamento da instituição nas relações Estado/sociedade no contexto mais amplo. Em segundo lugar, não serão feitas aqui referências bibliográficas exaustivas sobre os autores que analisaram o regime militar. São muitas as obras importantes que foram escritas abordando o período, inclusive com a utilização de arquivos dos próprios membros do governo e que já são clássicas para a interpretação desse momento da história brasileira. Lançamos mão, preferencialmente, da legislação elaborada durante e pelo governo, utilizada pelo estabelecimento castrense para legitimar o seu papel. De grande utilidade foi a coletânea publicada pelo SENADO FEDERAL – *Legislação Constitucional e Complementar*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas/Divisão de Edições Técnicas, 1972. Além do mais, a literatura que aborda o ciclo militar de 1964 a 1985 é por demais numerosa, vasta sob todos os ângulos, e produzida tanto pelo meio acadêmico, quanto pelos meios jornalísticos, pelos agentes civis e militares que participaram do processo, pelos próprios órgãos e instituições governamentais, e a partir dos depoimentos dados aos vários centros e arquivos de memórias e pesquisas existentes no país. Cada um a seu modo tem apresentado sua versão perante a História.

caminham *pari passu* com outros portadores de visões mais conservadoras no interior de um mesmo instituto. Cada um deles, ao seu próprio juízo, considera a sua perspectiva a mais correta para os destinos da entidade.

Enquanto uma tendência quer transformar radicalmente a instituição, para adaptá-la aos novos tempos, para ocupar mais espaço, com o intuito de ampliar seu poder e influência, ou apenas para garantir sua sobrevivência em um mundo caracterizado por constantes e rápidas transformações, outras procuram mantê-la indefinidamente como sempre foi.

No fundo nenhuma facção consegue isoladamente a supremacia, sendo que os rumos da instituição normalmente são definidos em nome de uma meta comum, mesclando-se elementos mais avançados com óticas mais conservadoras, ainda que nesse processo desgastes aconteçam, colocando em risco sua própria existência. Deve-se ponderar, todavia, que dependendo do tipo de instituição, a possibilidade de que a mesma desapareça é reduzida. Este é o caso quando nos referimos àquelas ligadas à defesa e à segurança do Estado.

É essa mistura de tendências e a capacidade de adaptar-se às novas exigências que mostram a real competência de uma instituição sólida e organizada, que reage corporativamente quando seus interesses são afetados, ou sua sobrevivência esteja em risco. Isto não significa que tendências mais acirradas em determinadas circunstâncias históricas não se pronunciem, no limite podendo romper a instituição de alto a baixo.

A Igreja Católica pode ser considerada uma instituição por natureza altamente secularizada, adaptando-se aos novos tempos, novos temas e aos cambiantes jogos de poder. Daí sua sobrevivência ao longo dos séculos,

Daí a importância de se consultar toda a literatura produzida para uma compreensão mais precisa dos acontecimentos que marcaram todos aqueles anos, e que precisa ser lida para a elaboração de trabalhos mais densos e amplos do que o desenvolvido neste momento, cujo objetivo é bem modesto. As citações bibliográficas referidas no texto dizem respeito tão somente a alguns itens específicos, com o intuito de auxiliar algum leitor que possa estar mais interessado naquele tema.

embora sendo a instituição que mais utilizou o recurso à força e à violência em toda a História. O clero progressista convive com setores conservadores, revezando-se no controle da Igreja. Embora as divergências internas muitas vezes exponham suas vulnerabilidades, o caráter corporativo desta instituição sempre falou mais alto, fazendo com que frente a um inimigo comum sua resposta seja dada de forma convincente, rápida e eficaz.

Pode-se dizer que uma interpretação parecida se aplica às Forças Armadas em qualquer momento de sua história. Trabalhos publicados tanto no país quanto no exterior apresentam com clareza as tendências verificadas dentro da instituição militar.⁴ Não apenas isso, mas a literatura sobre a intervenção castrense no processo político brasileiro da segunda metade do século XX é bastante expressiva.⁵

Um fator comum que caracteriza as entidades organizadas é a sua rígida hierarquia e o respeito à disciplina, elementos basilares de sua força e poder. Aqueles que se atrevem a desafiar os preceitos básicos nos quais se sustentam essas instituições pagam alto preço por sua ousadia: a pena pode acarretar o bloqueio de suas carreiras.

⁴ Para efeito de ilustração vamos mencionar apenas duas obras que caminham nessa direção. O texto de COELHO, Edmundo Campos – *O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, fornece uma ampla visão das mudanças da entidade ao longo do tempo, mostrando suas influências e seus projetos; o de MARTINS FILHO, João Roberto – *O Palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas da ditadura, 1964-69*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995, por outro lado aborda período mais restrito da história militar.

⁵ Existem alguns ensaios que apresentam as tendências e discutem a literatura existente sobre o tema em apreço. COELHO, Edmundo Campos – “A instituição militar brasileira: um ensaio bibliográfico”, *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo Cortez / ANPOCS, 1990, p. 335-359; ZAVERUCHA, Jorge & TEIXEIRA, Helder. “A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”. *Revista Brasileira de Informações bibliográficas em Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, Anpocs (55), 2003, p. 59-72; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik. “Da história militar à ‘nova’ história militar”, in *Nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11-42.

A punição tem que ser exemplar, segundo a interpretação das mesmas, porque se assim não fosse ocorreria o inevitável solapamento da autoridade da instituição, quebrando-se a estrutura na qual se sustenta. No limite é essa hierarquia rigorosa que garante, ao longo dos anos, a sobrevivência do instituto. Nota-se inclusive a formação de uma burocracia atuante que não permite a existência de desvios mais acentuados no interior da instituição, ainda que essa se adapte segundo circunstâncias históricas, mudanças conjunturais e estruturais, fazendo com que seus discursos se adequem às exigências e conveniências das novas realidades políticas, sociais, culturais ou religiosas.

Para a manutenção dessa estrutura rígida em instituições de tal natureza, a democracia conforme entendida em seu sentido mais amplo obviamente não ocupa o primeiro plano, já que a obediência à hierarquia é principio fundamental. Por isso, tanto a Igreja quanto as Forças Armadas têm seus níveis de ascensão rigorosamente formalizados, ainda que não obrigatoriamente seguidos em determinadas etapas da carreira, especialmente aquelas próximas ao topo.

No caso específico das Forças Armadas, a questão democrática não se coloca, uma vez que não se permite que discussões dessa natureza se realizem dentro das mesmas. Como lembrava o general Góes Monteiro pelos idos da década de 1930, deve-se fazer a política do Exército, mas não no Exército.⁶ Esse entendimento não deixa margens a dúvidas, apontando com nitidez os caminhos que a instituição militar brasileira sempre

⁶ Góes Monteiro é o autor da caserna mais lembrado para reafirmar a necessidade de se preservar o desgaste da instituição, evitando-se o debate envolvendo questões outras além daquelas que dizem respeito estritamente ao papel profissional que as Forças Armadas deveriam assumir. Desse autor consultar: GOES MONTEIRO, Pedro Aurélio de – *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, sem data (1931?). Um amplo depoimento seu, abrangendo parte significativa da história brasileira, pode ser encontrado em COUTINHO, Lourival – *O general Góes depõe...* 3ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

percorreu, apesar dos percalços por ela enfrentados ao longo de sua jornada, e das diferenças de interpretação sobre o papel por ela desempenhado.

Uma característica própria das Forças Armadas que as distingue das outras instituições é que elas formalmente se apóiam em valores que não se aplicam às demais. Um exemplo são os 3 “Ds” que orientam o comportamento de seus membros: não duvidar, não divergir, não discutir. No limite, a palavra só pertence ao superior, sendo que a quebra dessa hierarquia leva a penalidades aos que se comportarem de maneira entendida como inadequada, ou seja, aos que romperem a estrutura institucional.

Por outro lado, como a ascensão em princípio é determinada pela competência – a antiguidade igualmente é levada em conta – aqueles que ocupam os cargos mais elevados são também os mais capacitados. Portanto, está bem estabelecido internamente que não se pode discutir com seu superior, muito menos divergir ou questionar suas ordens: estas são para serem cumpridas, jamais discutidas. Quer dizer, não se pode duvidar da retidão, da boa intenção dos que comandam a instituição. Uma vez que suas ações são sempre vistas como as mais adequadas, acredita-se que sejam feitas em nome da entidade e do bem da Pátria, não se devendo colocá-las em julgamento.

A instituição militar está apoiada, portanto, em princípios como honra, amor à pátria, solidariedade, disciplina e hierarquia. Sob esse ponto de vista, sua estrutura organizacional impede o exercício da democracia, e por isso os oficiais superiores não são eleitos, mas sim escolhidos *inter pares* dentre os mais competentes por critérios definidos desde o ingresso do jovem nas academias, que incluem os cursos que estes realizam, seus atos de bravura e capacidades demonstradas durante o desenrolar da carreira.⁷

Por razões como essas, a instituição militar tem que ser centralizada e verticalizada, fatores que, entretanto, não asseguram que os processos de ascensão sigam rigorosamente os pré-requisitos por ela mesma estabelecidos.

⁷ Sobre o pensamento militar, consultar o livro de RATTENBACH, Benjamin – *El sistema social-militar en la sociedad moderna*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1972.

Nesse sentido, entendem-se os descontentamentos periódicos observados quando as listas de promoção são divulgadas, fazendo com que oficiais preteridos passem à reforma.

Uma das características do caso brasileiro é que os componentes das Forças Armadas não são considerados meros funcionários públicos, mas sim agentes do Estado. Pelo Artigo 142 da Constituição Federal as Forças Armadas são mencionadas como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina. Também não podem exercitar o direito de greve nem pertencer a partidos políticos. Mas têm vantagens apreciáveis que os outros trabalhadores não usufruem, e que vão desde os alojamentos quando são transferidos, auxílio mudança, aposentadoria integral, até contagem de tempo de serviço desde o ingresso como estudantes nas academias, para citar apenas alguns exemplos.

Agindo e pensando primeiramente em seu papel de defesa do Estado e de suas instituições, ainda que sua obediência deva estar sempre submetida ao poder civil, em momentos adversos as Forças Armadas costumam realizar manifestações, ora mais veladas ora mais agressivas. Quando consideram que as instituições nacionais estejam correndo sérios riscos, as Forças Armadas não hesitam e interferem na política em nome da segurança nacional, alegando a necessidade de proteger os interesses da Nação e do Estado.

Comportamentos dessa natureza não excluem, porém, que tendências opostas sejam observadas, quando setores progressistas deslocam do poder grupos conservadores, procurando não só mudar a orientação do jogo político, mas também apresentando um novo projeto nacional para o país. Tanto em um caso quanto em outro se verifica a ruptura da ordem constitucional. Posteriormente, tal como a História documenta, a democracia retorna de forma brusca ou através de mecanismos mais ou menos demorados, com processos de transição pactuados, e cuja durabilidade varia de acordo com as diferenças que necessitam ser aparadas.

É sob esse prisma que deve ser visto o papel dos militares brasileiros no período pós-64.

As Forças Armadas: breve histórico e antecedentes do AI-5

Desde o início da República, as Forças Armadas estiveram diretamente ligadas à política brasileira. De 1889 até o fim do governo de João Baptista Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985), dos vinte e dois mandatos presidenciais, nove foram exercidos por militares, que chegaram ao cargo através de circunstâncias distintas: golpes de Estado, eleições diretas e indiretas.

Na ocasião do golpe contra a monarquia, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório e foi eleito indiretamente para o primeiro mandato presidencial da República, permanecendo no poder durante dois anos (15.11.1889 a 23.11.1891). O vice-presidente Marechal Floriano Peixoto assumiu quando o aquele renunciou (23.11.1891 a 15.11.1894). O mandato seguinte foi exercido por Prudente de Moraes, um civil eleito diretamente (15.11.1894 a 15.11.1898).

A participação dos militares na vida política nacional a partir de então deu-se de forma irregular, mesclando períodos de alta com outros de baixa intensidade. Depois de uma série de cinco presidentes civis, o Marechal Hermes da Fonseca candidatou-se através do Partido Republicano Conservador tendo sido escolhido de forma direta (15.11.1910 a 15.11.1914). Fonseca fez de seu vice-presidente civil, Wenceslau Brás, o seu sucessor (15.11.1914 a 15.11.1918). O tenentismo nos anos 20 e a queda da República Velha presenciaram a participação militar através de uma junta, ainda que por período de curtíssima duração. Do Estado Novo ao movimento de 1964, em menos de duas décadas as Forças Armadas ainda deixaram suas marcas através de três golpes e duas tentativas⁸. Nesse meio tempo, apenas um militar, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, foi eleito (31.01.1946 a 31.01.1951).

⁸ Em 1945 Getúlio Vargas foi deposto, colocando fim ao Estado Novo; em 1954 vem a público o manifesto dos coronéis (uma crise de hierarquia no Exército por conta dos baixos salários e orçamento) e um abaixo-assinado de 27 generais em documento

A partir de 1964, porém, a presença militar na política brasileira deu-se de maneira acentuada, com uma sucessão de presidentes oriundos dos quartéis. Houve uma possibilidade de governo civil com a doença do Marechal Arthur da Costa e Silva (05.03.1967 a 31.08.1969), mas o vice-presidente Pedro Aleixo, dos antigos quadros da União Democrática Nacional (UDN) e integrante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), não assumiu. Sua posse foi vetada por uma Junta Militar que se manteve nas rédeas do poder durante dois meses (31.08.1969 a 30.10.1969).⁹

Durante as duas décadas do ciclo instaurado em 1964 ocuparam o cargo presidencial dois marechais e três generais, de tendências nem sempre coincidentes.¹⁰ Aliás, o que mais caracterizou o regime militar foi justamente a diferença de estilos e de opiniões da caserna sobre como deveriam ser conduzidos os negócios do Estado e as relações Estado-sociedade.¹¹

Se a instituição militar sempre foi sensível à desordem na política brasileira, e apegada a valores mais conservadores, o que significou o ciclo instaurado em 1964? Por que os militares se mantiveram no poder durante uma geração, ao contrário de outras oportunidades? Com as crises

pedindo a renúncia de Vargas. No ano seguinte, um golpe militar derrubou Carlos Luz (presidente da Câmara Federal que assumiu quando Café Filho ficou doente) substituído por Nereu Ramos na Presidência. Os militares atuaram ainda na garantia da posse de Juscelino Kubitschek, ameaçada por tentativa de golpe do Coronel Mamede, em descumprimento da ordem do General Lott. Em 1961 tentou-se impedir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

⁹ A Junta Militar era composta por três ministros militares: General Aurélio Lyra Tavares do Exército, Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald da Marinha e o Brigadeiro Márcio de Souza Mello da Aeronáutica.

¹⁰ Um balanço rápido mas completo sobre o período pode ser visto em VELASCO E CRUZ, Sebastião C. & MARTINS, Carlos Estevam – “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”, in SORJ, Bernardo & TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (org.) – *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 13-61.

¹¹ Sobre as diversas tendências observadas nas sucessões presidenciais do período militar ver o livro de GOES, Walder & CAMARGO, Aspásia de – *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

verificadas desde o início, o que sustentou as Forças Armadas na vida política nacional?

Alguns equívocos provavelmente foram cometidos tanto por representantes dos meios políticos, quanto por parte do meio acadêmico, em análises que muitas vezes consideraram os militares como meros instrumentos da elite no poder. Ambos interpretaram de forma inadequada a história brasileira, recheada de exemplos de intervenções militares (ou tentativas de) desde a Proclamação da República, outorgando às Forças Armadas tão somente o papel de poder moderador. Por isso, não imaginavam que pudesse emergir uma brusca mudança com o movimento de 1964, muito menos que os protagonistas desse procurassem estendê-lo por tempo tão longo. Tanto foi assim que após os eventos de abril, políticos conhecidos como Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto e Adhemar de Bastos, se preparavam para enfrentar as urnas nas eleições presidenciais, em outubro de 1965.

O que motivou as Forças Armadas a não aceitarem os argumentos para que cedessem às pressões de civis, e em clara oposição a eles, estendessem sua participação no cenário político? Esta atitude foi marcante tanto nos desdobramentos de 1965 quanto nos de 1968. É interessante, pois, fazermos um rápido apanhado dos fatores que levaram à manutenção do regime instaurado em abril, as clivagens, os interesses envolvidos e as motivações que culminaram com a edição do Ato Institucional nº 5 ao final de 1968 e concorreram para ampliar o regime por quase duas décadas.

A primeira consideração que se deve ter em conta é que as Forças Armadas enquanto instituição nunca se constituíram em um bloco monolítico política e ideologicamente. Os acontecimentos posteriores mostrariam isto de forma a não deixar quaisquer dúvidas, quando muitos militares foram obrigados a se transferir para a reserva, comprovando que tinham pensamento distinto de seus pares e sobre o que fazer naquele período. Alguns abandonaram os quartéis manifestando-se frontalmente contra o regime instaurado, podendo ser lembrados como casos emblemáticos dois Carlos: Marighela e Lamarca.

Outro elemento fundamental que deve ser considerado foi a ambição de representantes das próprias Forças Armadas na disputa pelo controle e pela manutenção do regime, isto é, seus interesses nada tinham a ver com aquilo que os meios políticos pensavam, além de projetos pessoais de alçar ao poder. Muito menos que estavam dispostos apenas a seguir as diretrizes ditadas pelos civis, retornando aos quartéis logo em seguida. Pensar sob esse último prisma significa que os civis estariam acostumados a instrumentalizar os militares, tirando destes qualquer capacidade de reflexão, ou seja, usá-los quando necessário descartando-se deles quando não fossem mais convenientes.

Possivelmente foi nessa forma de entender o papel das Forças Armadas na política brasileira que residiu o equívoco fatal de que as mesmas jamais teriam apetência para o poder. Erros de avaliação, entretanto, não se constituíram em prerrogativas dos civis. Após o general João Baptista Figueiredo ter assumido o cargo, o ex-presidente Ernesto Geisel, conhecido por seu estilo centralizador, lamentava-se quanto à conduta de seu sucessor “que preferia o cheiro dos cavalos do que o do povo”, afirmando que “havia se enganado com esse rapaz” (por tê-lo conduzido à Presidência).

A manutenção e o alongamento do regime obedeceram a uma série de fatores, tidos como imprevisíveis por ocasião do golpe. São as tradicionais variáveis que dificultam as análises prospectivas, mormente de quem está participando do processo no calor da hora, e que tem idéias preconcebidas sobre os demais agentes que fazem parte do jogo, imaginando que esses sempre se comportarão da maneira como eles gostariam que fosse.

Recorramos aos fatos. Logo que se efetivou o afastamento do presidente Goulart, o governo provisório militar promulgou o Ato Institucional de 9 de abril, que não tinha número, porque não estava prevista a edição de uma seqüência.¹² Por esse instrumento afirmava-se no preâmbulo que o

¹² O Ato Institucional baixado em 9 de abril de 1964 foi assinado pela junta provisória composta pelo General Arthur da Costa e Silva, Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

golpe, entendido como revolução, “não procura legitimar-se através do Congresso [mas] este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimidade”. Ficava também estabelecida pelo Art. 9º a data para eleição dos novos presidente e vice-presidente da República, marcada para o dia 3 de outubro de 1965, e a posse em 31 de janeiro de 1966.

Estava definida em princípio a durabilidade da intervenção, abrangendo um tempo inferior a dois anos. A data de 31 de janeiro de 1966, para o fim da interferência, tinha sido fixada pelo Art. 2º, que convocava as eleições para os cargos de presidente e de vice-presidente dois dias após a edição do primeiro AI, por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, ou seja, com o uso de mecanismos indiretos para escolha dos representantes maiores do país.

Nesse ínterim, todas as medidas necessárias para o retorno à normalidade constitucional deveriam estar cumpridas. Até esse momento o raciocínio daqueles que sempre pensaram as Forças Armadas como simples instrumento de suas políticas apresentava-se correto, porque era assim que deveria transcorrer a história. Fatores inesperados, contudo, mudariam drasticamente os rumos do novo governo, colocando ponto final ao mito de que aos militares apenas interessava “arrumar a casa”, jogar o papel de poder moderador, e voltar às velhas lides praticadas nos quartéis, marchando todos os dias, elaborando cenários de guerra e exercendo destarte a função de reserva moral da nação. No rastro dessas desavenças, mais 16 Atos Institucionais foram publicados até 14 de outubro de 1969, e o regime manteve-se durante longos anos.

Com o Ato Institucional as Forças Armadas suspendiam as garantias constitucionais por 6 meses, podendo mediante investigação sumária demitir, dispensar civis, e transferir militares para a reserva (Art. 7º); dava ao presidente da República o direito de encaminhar projetos de lei sobre qualquer assunto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, exigindo destes a obrigação de apreciá-los dentro de 30 dias, caso contrário seriam considerados aprovados (Art. 4º); e no “interesse da paz e da honra nacional

suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos legislativos” (Art. 10º).

Para dar conta dessas tarefas, uma das medidas implementadas foi providenciar a criação das instâncias necessárias – uma delas foi a Comissão Geral de Investigações - para julgar os casos considerados mais delicados, e que poderiam colocar em risco o próprio regime. Isto foi feito através do Decreto 53.897, datado de 27 de abril de 1964, e que regulamentava os Artigos 7º e 10º do Ato Institucional. A finalidade desses canais foi propiciar instrumentos adequados para investigar e punir aqueles que se opunham ao novo governo, instaurando-se os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs).

Algumas políticas e aparatos foram construídos no período de vigência do primeiro AI. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um deles, para operar junto ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), o órgão mais próximo da Presidência, a fim de auxiliá-la nas tomadas de decisão. Criado pela Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964, tinha as seguintes finalidades: superintender e coordenar as atividades de informação. Além do mais deveria “estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades paraestatais e autarquias”, além de poder “requisitar a colaboração de entidades privadas”.¹³

Pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, criou-se o Banco Central, em substituição à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), passando a funcionar a partir de 31 de março de 1965.¹⁴ Outras

¹³ Sobre o tema, consultar <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>. Acessado em 13 de dezembro de 2007. Ver também LAGOA, Ana – *SNI como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Extenso arquivo inclusive doado por essa autora pode ser consultado na Universidade Federal de São Carlos/UFSCar: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br>. Acessado em 13 de dezembro de 2007.

¹⁴ Os relatórios do Banco Central do Brasil estão disponíveis na página da própria instituição. O primeiro relatório, referente ao ano de sua criação em 1965, pode ser lido em <http://www.bcb.gov.br/POM/SPB/HISTORIA/1965/RelatorioDeAtividadesDaGerenciaDeOperacoesBancarias.PDF>. Acessado em 18 de dezembro de 2007.

medidas no plano administrativo igualmente foram tomadas, mas que não serão aqui explicitadas.

No período pré AI-5 iniciativa importante foi tomada com o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre a organização da Administração Federal. Por esse instrumento, a Presidência da República tinha a seguinte estrutura, de acordo com o Art. 32: Gabinete Civil e Gabinete Militar, além de seis órgãos de assessoramento: Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, Estado-Maior das Forças Armadas, Departamento Administrativo do Pessoal Civil, Consultoria Geral da República e o Alto Comando das Forças Armadas. O chefe do Gabinete Militar passou a acumular com o seu cargo o de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (Art. 34).¹⁵

Nesse Decreto, por intermédio do Art. 44, ficou estabelecido que

“O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à segurança nacional”.

Regulamentava-se também, pelo Art. 42, a composição do Conselho de Segurança Nacional, que passava a ter os seguintes membros natos, além do presidente da República que o convocava: o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

¹⁵ O Decreto-Lei nº 200, bem como suas modificações feitas pela lei nº 7.596 – de 10 de abril de 1987 – Dou de 13/04/87, e pelo decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986 – DOU de 24/11/1986 podem ser lidos na íntegra em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1967/200.htm>. Acessado em 14 de dezembro de 2007.

Fatores determinantes para os rumos do movimento de 1964 dizem respeito às diversas demandas para a sucessão de Castelo Branco, inclusive com a do ministro da Guerra Arthur da Costa e Silva. Tornou-se conhecida a frase atribuída a Costa e Silva, ao ameaçar quem se dispusesse a contrariá-lo, dizendo que “saio ministro e volto ministro”, quando de uma viagem ao exterior. Tratava-se de um claro aviso para que se evitasse a idéia de destituí-lo do cargo durante sua ausência. Outro fator diz respeito às eleições de outubro de 1965, quando a oposição apeada do poder em 1964 saiu vitoriosa das urnas em estados importantes como a Guanabara e Minas Gerais.

As divergências acentuadas tinham inclusive feito com que fosse promulgada a Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, que prorrogava os mandatos de Castelo Branco e de seu vice José Maria Alckmin até 15 de março de 1967.

As regras do jogo foram então rompidas, justamente pelas diferenças de entendimento sobre o futuro do movimento. Enquanto o grupo representado por oficiais mais próximos de Castelo Branco e em grande número oriundo dos quadros da Escola Superior de Guerra (vide composição de seu Governo), adotava comportamento mais brando, setores mais duros não aceitavam entregar o poder àqueles que haviam derrotado. Isto é, não se conformavam em ter que “devolver a casa em ordem” e bater em retirada logo em seguida.

A dificuldade enfrentada por Castelo Branco para criar o consenso interno na instituição militar e seu receio em fraturar as Forças Armadas partindo para o confronto com o grupo dos “duros”, como Ernesto Geisel faria em várias oportunidades posteriormente, demonstrou-se fatal para as pretensões civis. Foi dentro desse quadro que se editou novo Ato Institucional, desta vez já devidamente enumerado (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Por esse novo Ato deixava-se em aberto os rumos e a durabilidade do regime:

“A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que

tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma, por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento”.¹⁶

Partiu-se do entendimento que a “Revolução” fora feita para “restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional”, e considerando que o “Poder Constituinte da mesma lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs”.

Pelo Art. 9º desse instituto a eleição do presidente e do vice-presidente seria realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em data não posterior a 3 de outubro de 1966 (Art. 26) e a ser definida pelo Presidente em exercício. O AI-2 prorrogava o regime militar pelo menos até 15 de março de 1967 (Art. 33), já explicitado na Emenda Constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964, ao mesmo tempo que extinguiu os partidos políticos criados com a Constituição de 1946, cancelando-lhes os registros (Art. 18).

A legislação posterior estipulou os critérios para definição dos requisitos visando à criação de “organizações com atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituírem”, ou seja, legendas provisórias, permitindo-se o artifício de sublegendas, pelo Ato Complementar nº 4 (de 20 de novembro de 1965) e Ato Complementar nº 6 (3 de janeiro de 1966).¹⁷

¹⁶ Cf. SENADO FEDERAL – *Legislação Constitucional e Complementar*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas/Divisão de Edições Técnicas, 1972, AI 2, p. 93. Nessa obra encontram-se na íntegra os 17 Atos Institucionais, os 96 Atos Complementares, as 12 Leis Complementares e as 3 Emendas Constitucionais. Quando as referências a essa legislação não estiverem mencionadas em notas bibliográficas, significa que as citações foram todas retiradas dessa coletânea. Utilizamos esse recurso para evitar sobrecarregar demasiadamente o leitor.

¹⁷ Cf. SENADO FEDERAL, op. Cit, p. 143-147 e p. 149. Como o Congresso Nacional estava composto por 65 senadores e cerca de 400 deputados, havia matematicamente a possibilidade de constituição de 3 partidos políticos porque se exigia 21 senadores e 120 deputados federais para uma nova agremiação. As dificuldades enfrentadas

Aconteceu, com essa reconfiguração partidária, o que era previsível de acordo com o momento político: os mais conservadores foram aglutinados em torno do partido governista, a ARENA, e os outros, em menor quantidade, se uniram como partido de oposição, o MDB, que naqueles anos não conseguia arregimentar número suficiente de postulantes para candidatar-se aos cargos eletivos.

Governo de um lado e oposição de outro, este foi o quadro moldado pelo regime, que ao longo de poucos anos percebeu a inadequação do modelo adotado, tornando as escolhas plebiscitárias. Este foi um dos motivos para as decisões que resultaram na política de distensão lenta e gradual iniciada por Geisel: colocou-se um ponto final naquele modelo partidário, retornou-se ao sistema pluripartidário, cancelaram-se as eleições de 1980, surgindo partidos políticos definitivos (com a exigência da palavra “partido”), no lugar da ARENA e MDB, entendidas como organizações provisórias.

Estavam criadas, após o AI 2, as condições para o aguçamento das relações Estado/sociedade. De um lado tornava-se claro que o exercício do poder seria feito pelo viés militar, independentemente de quais tendências internas fossem. De outro, os civis que se preparavam para o embate nas urnas; descontentes desde os primeiros momentos, conseguiram mobilizar-se em uma Frente Ampla, lançada em outubro de 1966, envolvendo Carlos

pelo curto tempo dado para a reorganização dos partidos fez com que o Ato Complementar (AC) nº6 fosse editado. Pelo AC-4 dava-se um prazo de 45 dias, a partir de 20 de novembro de 1965, ou seja, até 4 de janeiro de 1966, para nova composição partidária, o que se demonstrou impossível já que o sistema anterior, instituído em 1946, tinha 14 partidos (o Partido Comunista Brasileiro teve a legenda cassada em 1947, logo no início da Guerra Fria) e reorganizá-los em apenas 3 demandaria muitas negociações. Com a inviabilidade da data inicialmente proposta, prorrogou-se o prazo para 15 de março de 1966 pelo AC-6, originando-se a ARENA e o MDB. Nesse intervalo, de 27 de outubro de 1965 a 15 de março de 1966, o país não teve um sistema partidário, mas apenas deputados e senadores avulsos sem vinculação partidária, já que os partidos inexistiram, extintos que foram pelo AI-2 (Art. 18) em 27 de outubro de 1965.

Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart entre outros. Tratava-se agora de estabelecer uma oposição mais firme ao governo que muitos destes políticos haviam ajudado a ascender ao poder.

Nesse breve intervalo, haviam sido igualmente editados o AI-3 em 5 de fevereiro de 1966 e o AI-4 em 7 de dezembro do mesmo ano. Pelo primeiro, com o Art. 1º, ficavam estabelecidas as regras para eleição dos governadores e vice-governadores, pelo voto indireto e maioria absoluta dos membros das assembléias legislativas de cada estado. Os mandatos para prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, enquanto os dos demais municípios continuariam a ser realizados diretamente, com a possibilidade de até três sublegendas, o que configurava em termos práticos a existência de um modelo partidário constituído por 6 agremiações (Art. 4º).

O AI-4 por sua vez foi editado com uma finalidade específica, qual seja, a de convocar o “Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967” (Art. 1º), visando a elaborar uma nova Constituição Federal.

A nova Constituição Federal, aprovada em 1967, reservou ao Executivo a prerrogativa de legislar sobre segurança e orçamento e eliminou o direito de greve. Apesar de todas as restrições que trazia, a Constituição de 67 manteve importantes garantias, tais como a liberdade de imprensa, a imunidade parlamentar e o *habeas corpus*, que permitiram um avanço da resistência ao regime militar, protagonizada pela Frente Ampla de Carlos Lacerda.

O que se pode observar é que essa série de fatores, motivada em parte pelas próprias divergências existentes dentro da instituição militar, acabou por abrir frentes diversas de oposição ao regime. Não se notava entre os militares unanimidade, nem sequer concordância razoável para a manutenção e os rumos que o movimento deveria tomar, quadro visível logo após as eleições de outubro de 1965.

Nesse período foram se acentuando não apenas tais clivagens, que tornavam difícil o gerenciamento de problemas de ordem variada dentro da

instituição militar, mas sobretudo os descontentamentos verificados em setores expressivos da sociedade: além dos meios políticos, também os meios ligados à Igreja, aos movimentos sindicais, as entidades estudantis e demais órgãos de representação de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os estudantes do ensino superior tinham inclusive legislação específica em termos de representação política, através da Lei nº 4464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, com estrutura diferente da então existente, obrigando os alunos a votarem para o Diretório Acadêmico (Art. 5º). A União Nacional dos Estudantes (UNE) já fazia parte do passado e atuava apenas clandestinamente. Já no período mais agudo, não apenas os estudantes, mas igualmente os professores e funcionários das instituições de ensino privado ou público seriam ainda contemplados com o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, onde se estabeleciam as infrações disciplinares por eles praticadas.¹⁸ Outro instrumento representado pelo Ato Complementar 75, de 21 de outubro de 1969, penalizava ainda mais os professores e funcionários que tivessem sido punidos, impedindo-os de exercer qualquer cargo em instituições públicas de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.

Se de um lado a Frente Ampla não avançava, em parte pela dificuldade de uma atuação mais consistente e dentro de um quadro que lhe era pouco favorável (tentativa anterior entre Carlos Lacerda e Magalhães Pinto também não prosperou), alguns segmentos da sociedade passaram a agir de forma mais intensa, obrigando o governo militar a tomar medidas cada vez mais drásticas para evitar danos maiores ao regime.

Greves sindicais em Contagem e Osasco, locais de grande concentração industrial e demográfica nas regiões metropolitanas de Belo

¹⁸ Consultar a íntegra do Decreto-Lei 477, assinado por Arthur da Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva e Tarso Dutra, no seguinte sítio: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10b.htm>. Acessado em 22 de dezembro de 2007.

Horizonte e São Paulo¹⁹; manifestações da Igreja e mobilizações da UNE em Ibiúna, nas proximidades da capital paulista foram alguns dos acontecimentos que antecederam o cerceamento total do regime.

Dentro do Congresso Nacional medidas repressivas foram constantemente tomadas, com a cassação de mandatos possibilitada pelos Atos Institucionais, mas nem por isso o Governo conseguia calar eficazmente a oposição ora reunida em torno do MDB. Desde o primeiro momento já se havia estabelecido pelos próprios preâmbulos dos Atos Institucionais que qualquer mudança que ocorresse só seria possível dentro das regras do jogo, estipuladas pelos próprios instrumentos de exceção, ou seja, via eleitoral.

Nessa conjuntura, os descontentamentos manifestados pelas mobilizações desafiando o regime em frentes distintas abriram caminho para que se decretasse o AI-5 em 13 de dezembro de 1968.²⁰ Tal fato ocorreu

¹⁹ Particularmente sobre as greves nessas duas cidades consultar o interessante texto de WEFFORT, Francisco Correia – “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. 1968”. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n° 6, 1972.

²⁰ Ao contrário dos demais Atos Institucionais, o de número 5 levou a assinatura não apenas do presidente da República mas de todo o ministério, o que passou a ser regra até o AI 17. Colocaram seu nome nesse documento: Arthur da Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva, Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares, José de Magalhães Pinto, Antonio Delfim Netto, Mario David Andreazza, Ivo Arzua Pereira, Tarso Dutra, Jarbas G. Passarinho, Marcio de Souza e Mello, Leonel Miranda, José Costa Cavalcanti, Edmundo de Macedo Soares, Helio Beltrão, Afonso de A. Lima e Carlos F. De Simas. O AI 2 foi assinado por Humberto de Alencar Castelo Branco, Juracy Montenegro Magalhães, Paulo Bosisio, Arthur da Costa e Silva, Vasco Leitão da Cunha e Eduardo Gomes. O AI-3 teve os nomes de Humberto de Alencar Castelo Branco, Mem de Sá, Zilmar Araripe, Décio de Escobar, Juracy Magalhães e Eduardo Gomes; o AI-4 recebeu a assinatura de Humberto de Alencar Castelo Branco, Carlos Medeiros Silva, Zilmar Araripe, Ademar de Queiroz, Manoel Pio Correa e Eduardo Gomes. Do AI-12, datado de 31 de agosto de 1969, até o AI 17 de 14 de outubro do mesmo ano, foi a Junta Militar composta por Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello que encabeçou a assinatura desses instrumentos, seguindo-se os nomes de todos os demais ministros.

após a Câmara Federal recusar-se a permitir a cassação do deputado Márcio Moreira Alves, que nas comemorações do Dia do Soldado em 25 de agosto daquele ano conclamava as namoradas, noivas e mulheres a não saírem com seus parceiros. Entendido como ataque frontal e ofensa à honra militar, o pronunciamento do deputado, seguido de outros na semana seguinte, foi um dos pretextos encontrados pelo estabelecimento militar para que um novo quadro, dessa vez mais sombrio, fosse instaurado.

O contexto pós AI-5

Um fato é certo. Nem tudo que ocorreu depois que se editou o AI-5 é fruto desse instrumento. Certamente o fechamento do regime possibilitou que medidas mais duras fossem tomadas pelos militares visando à preservação e continuidade do regime. Não apenas isso, mas também a implementação da política econômica de arrocho salarial e manipulação de dados estatísticos, capitaneada pelo oportunismo do ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto que não titubeou para fazer uso dos instrumentos de exceção, mormente o AI-5. Porém, muito do quadro verificado depois de dezembro de 1968 já era resultante das condições anteriores formatadas pelo excepcionalismo do regime castrense, conforme o exame do texto dos Atos Institucionais, decretos e leis pode comprovar.

O AI-5 representou a suspensão da ordem estabelecida pela Constituição de 1967 e teve como consequência uma crise na sociedade e também nas Forças Armadas, com divisionismos e disputas internas levando à contestação de princípios que lhes são caros: hierarquia e disciplina²¹. Isto

²¹ Uma análise nessa direção pode ser encontrada em MARTINS FILHO, João Roberto, que destaca os vários pronunciamentos de militares preocupados com a harmonia e a coesão nas Forças Armadas. Cf. desse autor – *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. São Carlos: EDUFSCar, 1995, p.172 e segs.

ameaçava a unidade da instituição, com o surgimento de facções internas que tinham maior autonomia em um contexto delicado.

Todo um aparato legal foi rapidamente construído. A legislação baixada entre o AI-5 e a posse do general Médici mostra a velocidade desse processo. No mesmo dia em que se editou o AI5, um Ato Complementar de nº 38 decretava o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Cinco meses depois, em 16 de maio de 1969, já se chegava ao Ato Institucional nº 10. Esta lei penalizava aqueles que já tinham sido punidos com a suspensão dos direitos políticos ou mandatos legislativos. Além dessas penalidades, um inimigo do regime ainda corria o risco de perder seu cargo na administração pública ou ser aposentado compulsoriamente.

Com o anúncio da enfermidade do presidente Costa e Silva, assumiu a Junta Militar em 31 de agosto de 1969, quando se baixou o AI-12. A Junta Militar foi depois responsável pelos 5 últimos Atos Institucionais. Nas vésperas da comemoração da Independência o AI-13 foi levado a público em 5 de setembro de 1969, com poderes para “banir do território nacional, qualquer brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Em face da situação irreversível da doença do presidente Costa e Silva, o AI-16 de 14 de outubro de 1969 declarava a vacância tanto do cargo de Presidente da República, quanto o de Vice-Presidente. Na prática, impedia-se a posse de Pedro Aleixo, vice-presidente eleito com Costa e Silva, uma vez que pelo Art. 2º do mesmo AI-16 suspendia-se até a eleição e posse do novo Presidente e Vice-Presidente, a vigência do Art. 80 da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, que dava a Pedro Aleixo o direito de ascender à Presidência, cargo ora usurpado.

Na mesma ocasião marcavam-se as novas eleições para o dia 25 de outubro de 1969 (Art. 4º), com a posse assegurada para o dia 30 do mesmo mês, em solenidade presidida pelo Presidente do Senado Federal, a ser realizada no Congresso Nacional (Parágrafo 8º do Art. 4º). Para o

cumprimento dessa tarefa dois atos complementares foram editados no mesmo dia, em 15 de outubro. O primeiro, AC 72, suspendia o recesso do Congresso Nacional (penalizado pelo AC 38 de 13 de dezembro de 1968) a partir de 22 de outubro. Pelo AC 73 convocava-se o Congresso Nacional para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, bem como assegurar a posse destes no dia 30 do mesmo mês. Dava-se assim o caráter de legalidade e legitimidade ao processo sucessório e manutenção do regime, através da participação do Poder Legislativo.

Verificou-se um aprofundamento do processo de militarização do Estado, que fazia uso mais acentuado do aparato repressivo. Todos os assuntos passaram a ser focalizados sob a ótica da segurança nacional, lançando-se mão dos instrumentos e instituições existentes junto às próprias instâncias militares, como os Centros de Informações do Exército e da Marinha (CIE e CENIMAR, respectivamente). A Aeronáutica apenas tardiamente seguiu as duas Forças, criando o seu próprio Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) em 1971.

Os serviços de informações tornaram-se elementos importantes para a manutenção e repressão do regime estando acoplados os seguintes órgãos governamentais:

“16 (dezesseis) órgãos especializados, estruturados em forma de malha que ia da centralização em nível federal até as atividades de coleta e busca nos setores mais específicos em nível local, espalhados pelo país. O órgão centralizador do sistema era o SNI (Serviço Nacional de Informações). As DSIs (Divisão de Segurança e Informação) e as ASIs (Assessorias de Segurança e Informação) eram as ramificações que produziam informações dentro dos ministérios civis e dos organismos e empresas federais. As segundas seções do EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas), as F2; do Exército, as E2; da Marinha, as M2; da Aeronáutica, as A2; dos três ministérios militares, as S2; o CIE (Centro de Informações do Exército); o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica); os Serviços Secretos da Polícia Federal; as DOPS e os Serviços Secretos das Polícias Militares

(P2), e os CODI-DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas), também faziam parte da malha da Comunidade de Informações do país”.²²

O que se percebeu logo após a decretação do AI-5 foi um choque entre as diversas instâncias responsáveis pelas políticas do regime. De um lado verificou-se um aumento da influência da comunidade de informações, uma vez que a mesma enredou-se por todo o aparato governamental, direto e indireto. Não foi gratuitamente que o próximo presidente, Emilio Garrastazu Médici, tenha integrado esse setor.

O Conselho de Segurança Nacional, que tinha se convertido no *locus* de decisões governamentais, inclusive pela forma como o mesmo estava composto, perdeu gradativamente seu espaço, frente ao sistema de informações. Sua estrutura obedecia ao prescrito no modelo esguiano, sendo dividido nos quatro componentes do Poder Nacional: assuntos políticos, econômicos, militares e psicossociais.

Com essas vertentes cobriam-se todos os temas tanto no âmbito interno quanto externo, alocando cada assunto em uma das subsecretarias da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN). Daí o titular da SG/CSN deter capacidade elevada ou mesmo decisiva na implementação das políticas nacionais, uma vez que ocupava simultaneamente o cargo de Chefia do Gabinete Militar, e era o responsável pela elaboração

²² Cf. <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/sni.htm>. Acessado em 15 de dezembro de 2007. A literatura que trata dos sistemas de informações do período militar já é relativamente extensa. Embora praticamente todas as obras referentes ao período falem sobre o tema, existem arquivos diversos ligados a organizações de direitos humanos e trabalhos específicos abordando a comunidade de informações. Ver, por exemplo, ANTUNES, Priscila Carlos Brandão – *SBI e ABIN: uma leitura de serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2002. Embora não seja diretamente relacionado com o caso brasileiro ver o texto de CEPIK, Marco – *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2003.

dos relatórios e análises para a tomada de decisões. No decorrer dos anos, o CSN inclusive passou a priorizar o ângulo militar em detrimento das outras variáveis, sob a ótica da segurança nacional, o que significa dizer que, pelo menos em parte, o AI-5 beneficiou-se dos mecanismos já existentes antes mesmo de ser publicado.

Não se pode esquecer que em 13 de março de 1967, antes de deixar o poder, Castelo Branco havia sancionado a Lei de Segurança Nacional (LSN) com o Decreto-Lei nº 314 que institucionalizava os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e responsável pelas diretrizes assumidas pelos governos do período ora considerado. Pela LSN definiam-se os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, inclusive com pena de morte, sendo esta última reafirmada pelo Art. 1º do AI nº 14, de 5 de setembro de 1969. Nada mais natural, portanto, que no decorrer dos anos seguintes os grupos que controlavam essa área fossem paulatinamente incrementando seu poder em todos os níveis.

Esse controle pode ser nitidamente percebido através da criação de setores ligados à segurança nacional dentro de todos os ministérios. Já em 23 de fevereiro de 1965 tinha-se criado na ESG o curso de informações; pelo Decreto 56202 de 30 de abril de 1965 fixava-se o regimento interno da seção de segurança nacional do Ministério da Saúde; pelo Decreto 56.823 de 1º de setembro de 1965 ocorria o mesmo para o Ministério de Viação e Obras Públicas, enquanto o Decreto 59.224 de 16 de setembro de 1965 estabelecia a seção do Ministério das Minas e Energia. Pelo Decreto 61.341 de 13 de setembro de 1967 instituía-se na Secretaria Geral do CSN grupo específico com a finalidade de elaborar os regulamentos das divisões de segurança e informação dos Ministérios Cíveis.²³

²³ Uma página extremamente útil para análise desse período é a do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde consta toda a legislação pertinente ao regime militar. Cf. http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao_res.php?conteudo=&campo=&ncat=9&page=2. Desse sítio foram retiradas as citações relativas aos Decretos-Leis mencionados ao longo do texto. Acessado em 20 de dezembro de 2007.

A legislação subsequente ao AI-5 tomava todas as providências necessárias para o bom andamento do regime, com base no caráter de exceção estabelecido. Na mesma semana em que foi decretado o AI-5 o Decreto-Lei 359 criava nova Comissão Geral de Investigações (CGI) fazendo uso das atribuições conferidas pelo parágrafo 1º do Art. 2º desse Ato. Nesse caso a CGI visava especificamente punir aqueles que haviam enriquecido ilicitamente. Mas o Decreto-Lei 459 de 10 de fevereiro de 1969 tinha como foco a criação da Comissão Geral de Inquéritos Policiais Militares, que foi extinta em 6 de fevereiro de 1970 pelo Decreto-Lei 1.084. O DL 459 tinha como finalidade investigar os inimigos do regime, tarefa estipulada de acordo com o Art. 1º:

Fica instituída a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar com a incumbência de promover investigação sobre atos subversivos ou contra-revolucionários e apurar atos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas leis que definem os crimes contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social.

O Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969 alterava o Decreto-Lei 314 (Lei de Segurança Nacional), de 13 de março de 1967, enquanto que pelo Decreto-Lei 898 de 28 de setembro de 1969 definiam-se os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

Uma das expressões mais repressivas do período foi a Operação Bandeirante (OBAN), lançada oficialmente em 1º de julho de 1969, com sede na cidade de São Paulo. No evento em que se tornou conhecida, compareceram não apenas autoridades militares, mas igualmente civis que durante tempo apreciável financiaram esse estatuto. Conforme denúncias feitas por comissões de direitos humanos, tais civis participaram diretamente em sessões de tortura contra os opositores do regime. No ano seguinte, ainda que continuasse existindo com o mesmo nome, esta organização teve suas atribuições subordinadas ao DOI-CODI.

A OBAN estava em conformidade com o Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizava as polícias militares e os corpos de bombeiros militares das unidades federativas. Segundo o item “a” do Art. 3º desse Decreto, competia às Polícias Militares

“executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”.²⁴

Nesse momento do regime militar, observa-se em primeiro lugar a emissão de uma vasta legislação abrangendo aspectos variados, mas que tinha uma finalidade bem precisa: dar ao governo uma forma de atuar legalmente para colocar à margem da lei todos aqueles que contestassem ou se manifestassem contrários à ordem estabelecida e assim adquirir legitimidade em sua luta frente às adversidades. Foi por esse motivo que o próprio Conselho de Segurança Nacional passou por contínuas transformações em curto período, adaptando-se com rapidez aos cenários cada vez mais adversos.

Em segundo lugar, uma disputa entre grupos internos do instituto militar opondo visões de condução do processo, com autonomia cada vez maior dos órgãos de segurança. Em terceiro lugar, o acirramento das lutas de setores da sociedade contra o Estado e a conseqüente repressão igualmente violenta destas pelo aparato governamental. Por último, as próprias divergências verificadas no seio das Forças Armadas trouxeram consigo a necessidade de se reduzir o ritmo do caminho tomado, colocando um freio na repressão, sobretudo a partir do período Geisel. Em momento anterior,

²⁴ A íntegra desse documento pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: http://www.pm.ce.gov.br/leis_PM/DECRETO%20667.html. Acessado em 23 de dezembro de 2007.

inclusive para fazer frente aos descontentamentos e críticas internas, tinha-se baixado o último Ato Institucional (nº 17), em 15 de outubro de 1969, permitindo ao Presidente da República, pelo Art. 1º

“transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional”.

Contrariamente ao que se poderia esperar, o aumento da repressão, ao invés de consolidar o modelo adotado, serviu para mostrar que esse não era o melhor mecanismo para resolver os problemas nacionais.

Em função de todos esses problemas, que foram se acumulando em curto espaço de tempo, verificaram-se as divergências envolvendo desde as tendências nacionalistas do general Afonso Albuquerque Lima, os desacordos entre moderados e duros, fatos esses que culminaram com as posses em um primeiro momento de Emilio Médici e, posteriormente, de Ernesto Geisel, já dentro de uma perspectiva em que se deveria partir para uma política de distensão lenta e gradual do regime, preparando-o para uma fase de transição.²⁵ Certamente percalços imensos seriam verificados nos anos 70 e até no mandato de João Figueiredo, mostrando que até o último momento os grupos que disputaram o poder jamais deixaram de lado suas pretensões.

²⁵ Informações específicas sobre episódios, assim como dados biográficos dos principais personagens da história política brasileira são apresentados com riqueza de detalhes na página do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV-RJ): http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm/dhbb_faq.htm. Acessado em 26 de dezembro de 2007.

No final dos anos 60, entretanto, o cerceamento das liberdades políticas e culturais, ora pela cassação de docentes universitários, de membros dos partidos políticos, de líderes sindicais, de repressão generalizada, de censura à imprensa escrita e falada, foi marca constante em todos os níveis da administração pública e abarcando a sociedade como um todo. Nem os próprios militares descontentes com os rumos tomados pelo movimento seriam poupados, o que não apenas motivou insatisfações, como também criou condições para que saíssem para o enfrentamento do regime. Nesse sentido, métodos não convencionais de atuação foram utilizados por segmentos da sociedade para fazer frente aos detentores do poder, seja por intermédio de assaltos a agências financeiras ou de seqüestros de diplomatas.

Enquanto se observava esse confronto opondo Estado e sociedade, setores ligados ao poder incluindo, segundo denúncias, até representantes da própria polícia, aproveitavam-se do regime de excepcionalidade para acumular vantagens pessoais. Já se tinha consciência que o autoritarismo levaria inevitavelmente alguns membros do governo a abusos de toda espécie, em nome dos “princípios revolucionários”. Por isso, haviam sido baixados decretos, em parte para coibir todos esses abusos que nada tinham a ver com as motivações do golpe de 1964.

Foi nesse cenário de intensas disputas, na passagem da década de 60 para os anos 70, no processo sucessório do general Emilio Médici, com Ernesto Geisel indicado, que desempenharam papel relevante o deputado Ulysses Guimarães e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho para concorrer no Colégio Eleitoral de 1974. Os dois últimos apareciam não com o intuito de vencer em uma disputa fechada, mas para mostrar que dentro das regras do jogo estabelecidas pelas próprias Forças Armadas estavam utilizando os instrumentos adequados para concorrer às eleições, sem partir para o confronto armado, frente ao qual não tinham condições, mas aproveitando o momento favorável para dar início ao fim do regime que sobreviveria ainda por mais dois mandatos.

As fronteiras ideológicas

No período militar, como também em outros momentos da história brasileira, são percebidas várias instâncias na formulação das políticas públicas. Esse é o motivo da existência de ministérios variados, cada um com sua própria área de atuação. Claro que muitas vezes são criados ministérios apenas para acomodar interesses políticos de aliados, e que nada tem a ver com as necessidades nem a operacionalidade da administração nacional.

O ministro, no caso, é sempre o auxiliar mais próximo do presidente da República para assuntos de sua Pasta. Ou seja, não existem políticas de ministérios, mas apenas uma de governo ou de Estado. Pelo menos foi assim que o marechal Castelo Branco se expressou quando um seu ministro era alvo de críticas por implementar políticas que contrariavam interesses alheios.

Na realidade isto pode ocorrer se o próprio presidente tiver um amplo domínio de todas as áreas, ou se for excessivamente centralizador. Caso contrário, seu conhecimento sobre todos os assuntos de governo são limitados, restringindo-se a uma visão geral da estrutura administrativa, conforme seu próprio interesse e de acordo com o jogo político. Daí a importância na definição de seus assessores ministeriais mais próximos.

Por isso se vêem no âmbito interno embates sobre formulação e implementação de políticas seja no tema do meio ambiente, seja no que diz respeito ao planejamento econômico, com posturas muitas vezes diametralmente opostas, o que dificulta a elaboração dos planos governamentais.

Em momentos específicos quando um grupo forte como as Forças Armadas assume o poder, algumas tendências podem ser verificadas, por exemplo, no que diz respeito às políticas de repressão aos adversários e inimigos, não dando margem a maiores contestações, nem permitindo concessões. Nesse caso, o uso da força é justificado para a continuidade do modelo político e a permanência do grupo que detêm o poder.

Na impossibilidade de militares assumirem todas as funções governamentais, inclusive pela falta de domínio dos diversos assuntos, pelo

menos alguns, considerados sensíveis, ficam sujeitos a seu crivo, dentre eles as políticas externa, de segurança e defesa.

No que concerne à área de defesa e segurança o fato de se viver sob um regime militar dispensa maiores comentários, já que essa é a prioridade maior do grupo. Todos os assuntos e não só a segurança propriamente dita, são vistos sob a ótica castrense, que usa como máxima o binômio segurança e desenvolvimento. No que diz respeito à atuação externa, seja no âmbito dos países vizinhos, seja em espaços mais amplos do sistema internacional, esta é pensada sempre de forma conspirativa o que pode ocasionar divergências entre as várias instâncias responsáveis, tais como os diplomatas e os economistas.

Pode-se dizer que em assuntos de segurança, os formuladores eram os militares, enquanto que a responsabilidade maior no trato dos temas de política externa cabia tanto aos diplomatas quanto aos setores econômicos, dependendo das circunstâncias, ainda que ambos sofressem influências dos militares. Instantes houve em que Azeredo da Silveira foi um agente extremamente forte na diplomacia brasileira, enquanto em outras oportunidades Antonio Delfim Netto, da área econômica, assumiu maior destaque.

Isso é natural, uma vez que sempre existem pelo menos três canais responsáveis pela formulação e tomadas de decisão por um Estado no cenário regional ou global: os setores diplomáticos, os econômicos e os militares, cada um em princípio responsável pela definição de políticas em suas respectivas áreas de competência.

Assim, no plano interno, desde o golpe de 1964 prevalecia a doutrina de segurança e desenvolvimento, no início priorizando-se a primeira. No período Geisel houve uma reformulação e se inverteu o binômio, dando primazia ao segundo elemento, mas a realidade daqueles anos mostra que a vertente estratégico-militar jamais deixou de ser considerada, ainda que sob óticas diferentes.

No plano externo a diplomacia brasileira recebeu em cada governo uma designação nem sempre apropriada, mas que servia para identificar em

grandes traços a orientação seguida pela Chancelaria, desde o alinhamento automático de Castelo Branco até o pragmatismo ecumênico de João Figueiredo, naquela altura já entendido como diplomacia presidencial, muito antes portanto da terminologia utilizada para designar a atuação internacional do Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso.²⁶

Em um primeiro momento, sob Castelo Branco, a perspectiva Leste-Oeste orientava sua visão, daí os conceitos de segurança hemisférica e de segurança continental exercerem papel de relevância, sob a égide do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A associação mais próxima com Washington levou a que analistas equivocadamente designassem o período como de alinhamento automático, algo difícil de conceber para um país com as dimensões e interesses do Brasil, mesmo naqueles momentos.

Sob Costa e Silva a perspectiva adotada era distinta, porque não era mais a visão Leste-Oeste que orientava sua política externa, mas sim a de que o verdadeiro problema se colocava na desigualdade existente entre o mundo desenvolvido e os países em desenvolvimento. Por isso, a segurança hemisférica foi substituída pela idéia de segurança econômica, sendo sua política externa designada como diplomacia da prosperidade.

Sob a sombra do AI-5, passou-se a adotar postura mais rígida em termos da atuação internacional do Brasil.²⁷ A visão que permeava as políticas de Costa e Silva sofreria pois sensíveis alterações, junto aos países com os quais divide fronteiras, ainda que se permitisse uma abertura maior

²⁶ Um texto interessante sobre a política externa dos três primeiros presidentes foi escrito por MARTINS, Carlos Estevam – “Evolução da política externa brasileira na década 64/74”. Estudos CEBRAP, São Paulo (12): 53-98, abril/junho de 1975.

²⁷ Não vamos nos estender nessas considerações, porque o excelente texto de Paulo Roberto de Almeida que integra a coletânea organizada por Oswaldo Munteal Filho (Tempo Negro, Temperatura Sufocante: o Brasil do AI-5, Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Contraponto, 2008) traz valiosas informações sobre o papel do Itamaraty naqueles anos.

quando os Estados se colocavam mais distantes, daí as visitas do ex-chanceler Mario Gibson Barboza aos países africanos em 1969.

Com a edição do AI-5 e com mudanças internas nos grupos de poder, e especialmente, com a ascensão de Antonio Delfim Netto ao comando da Economia, o papel do Itamaraty acabou sendo sobrepulado pelas instâncias não apenas econômicas, mas sobretudo estratégicas. Assim, como a política externa tratava de assuntos que diziam respeito à segurança nacional era de responsabilidade do *establishment*, ou seja, do *sistema* composto por um grupo limitado que tomava as decisões baseadas em concepções estreitas de atuação e destacadamente anticomunista.

Com esse viés elaborou-se a chamada “teoria do cerco”, segundo a qual os problemas que pudessem surgir ao longo das fronteiras teriam que ser rapidamente neutralizados, sobretudo se regimes diferentes do aqui existente se instalassem nesses países. A idéia de fronteiras ideológicas foi fortemente resgatada e passou a orientar as políticas brasileiras para o relacionamento com os vizinhos do continente. Pelo menos três casos podem ser mencionados como conseqüência do endurecimento do regime no pós AI-5: as intervenções no Uruguai, na Bolívia e no Chile.

No primeiro caso preparou-se mesmo a ocupação do território uruguaio na hipótese de vitória de Líber Seregni fundador e líder da Frente Ampla, tendência de esquerda uruguaia até 1996, tendo sua morte ocorrido em 31 de julho de 2004. Tal operação chamada Trinta Horas, demandou preparativos para rapidamente ocupar o espaço vizinho, ainda que no Uruguai já se tivesse previsão de que a vitória de Seregni dificilmente se concretizaria, embora a avaliação do SNI caminhasse na direção contrária.²⁸

Isso demonstra por outro lado que o SNI estava longe de cumprir adequadamente suas funções na coleta de dados que ajudassem ao

²⁸ Sobre essa missão ver GRAEL, Cel Dickson M. de - *Aventura, corrupção, terrorismo. À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

planejamento das políticas públicas brasileiras, conforme desejava Golbery do Couto e Silva.²⁹

“Só um Serviço e Informações, *centralizado*, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie, estratégicos suficientemente completos e atualizados. A Informação Estratégica torna-se, assim, instrumento de capital importância na Estratégia nacional, tanto na paz como na guerra” (grifado no original).³⁰

No caso boliviano a contribuição brasileira se deu primeiro com o envio de armas para setores oposicionistas, segundo denúncias da própria imprensa, e que acabaram resultando na derrubada de Juan Jose Torres Gonzales e a ascensão do general Hugo Banzer.³¹ Ambos os casos sucederam-se em 1971, enquanto no episódio chileno a contribuição brasileira para a queda de Salvador Allende foi bastante discutida, com a participação de agentes brasileiros antes e depois do evento.

Essa concepção de neutralização de vizinhos levava na devida conta que se inimigos se instalassem nesses governos, o território brasileiro estaria em situação de risco, ainda que se tratasse de nações com capacidade extremamente reduzida de se oporem a uma ação brasileira mais consistente se houvesse necessidade. O clima reinante no final dos anos 60 certamente conduzia a raciocínios dessa natureza, com a intenção de combater o inimigo

²⁹ Uma década antes de assumir o poder com o grupo da ESG o coronel Golbery do Couto e Silva já falava da necessidade de se criar um serviço de informações eficaz, em sua obra mais consistente, embora menos conhecida. Ver desse autor *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1955, p. 254-256.

³⁰ Idem, p. 255.

³¹ Ver, por exemplo, NEEDLEMAN, Ruth – “Bolívia: Brazil’s geopolitical prisoner”. *NACLA’S Latin América & Empire Report*, VII (2): fevereiro de 1974, p. 24-26.

subversivo e terrorista, como passaram a ser designados os opositores do regime, não apenas dentro do território, mas também ao longo e além de suas fronteiras. Foi motivada por atuações agressivas como essas do governo militar que surgiu nos anos seguintes vasta literatura produzida em todo o Cone Sul cognominando o Brasil de país imperialista, subimperialista, etc.

O Ministério das Relações Exteriores também dava sua ajuda nessas concepções de fronteiras vivas ou dinâmicas. Menos de dois anos após o golpe militar, a Chancelaria enfatizava em 31 de dezembro de 1966 através do Secretário Geral Manoel Pio Correa que “é chegado o momento de conceber e executar uma *nova política de fronteiras*, que rejeite resolutamente a imagem da fronteira como “terra de ninguém” (grifado no original). Embora se evitasse fazer referências a questões estratégicas e militares chamava atenção para a questão Sul onde “urge reabrir os caminhos para uma reconquista e uma redenção das Fronteiras”. Mas a segurança nacional estava presente quando se falou na execução dos Planos Itamaraty I e II:

“Não poderia o Itamaraty permanecer indiferente a tais circunstâncias. Dedicado por vocação secular e por atribuição específica ao estudo e à defesa de todos os interesses do Brasil relativos às fronteiras, a essas fronteiras que foram através dos tempos e são até hoje constante objeto dos desvelos da Chancelaria brasileira, o Ministério das Relações Exteriores não poderia, sem renunciar ao seu papel histórico, e sem faltar ao seu dever, alhear-se a fatos que não parecem consentâneos com os interesses do país nem com os da segurança nacional”.³²

Como se tornaria público em período mais recente, o mesmo diplomata foi o criador do Centro de Informação do Exterior (CIEX) no Ministério das

³² CF. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – *A nova política de fronteiras*. Brasília: ME/Seção de Publicações, 1968. Todas as citações são desse texto, que não tem numeração de páginas.

Relações Exteriores, em 1965. O CIEX era subordinado ao SNI, e tinha a finalidade de localizar pessoas consideradas nocivas para o regime brasileiro, em um primeiro momento, e para os demais países do Cone Sul, posteriormente, através do plano intitulado “Busca Externa”, que teve vigência até 1985.³³

Não apenas fatos dessa natureza tornaram-se uma prática, mas também a própria contribuição entre os países vizinhos cujos governos identificavam-se política e ideologicamente com os dos militares brasileiros. Essa cooperação resultou em operações conjuntas, ou pelo menos com a conivência desses, como o seqüestro dos uruguaios Universindo Diaz e Liliam Celiberti em território brasileiro, ocorrido em 12 de novembro de 1978 na capital gaúcha.³⁴ A chamada Operação Condor, com a atuação conjunta dos órgãos repressores do Cone Sul fazia parte desse esquema, como ficou depois plenamente comprovado, seja pelos depoimentos de participantes diretos, seja por autoridades brasileiras daquele período conforme admitiam recentemente Jarbas Passarinho, membro importante dos governos militares, e o general Agnaldo Del Nero Augusto, ex-integrante da Seção de Informações do Estado-Maior do 2º Exército em São Paulo.³⁵

³³ Consultar a seqüência de reportagens publicadas pelo Correio Braziliense, a partir de 22 de julho de 2007. Cf. SEQUEIRA, Cláudio Dantas – “O pai do serviço secreto do Itamaraty”. Correio Braziliense, 22.7.2007. A íntegra das reportagens pode ser encontrada no próprio sítio do Correio Braziliense ou nesse sítio: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=81>. Acessado em 27 de dezembro de 2007. O ensaio de Paulo Roberto de Almeida comenta com bastante propriedade essas questões.

³⁴ Especificamente sobre o assunto ver FERRI, Omar – *Seqüestro no Cone Sul. O caso Liliam e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

³⁵ Cf. BEGUOCI, Leandro – “Brasil participou da Condor, diz Passarinho”. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200813.htm>. Acessado em 5 de janeiro de 2008; GODOY, Marcelo – “General admite que Brasil prendeu estrangeiros na Operação Condor”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de dezembro de 2007, p. A-4. Uma análise mais elaborada sobre essa questão foi desenvolvida por GUENA DOS SANTOS, Márcia –

Considerações finais

Uma jornada iniciada em 31 de março de 1964, com ponto de chegada inicialmente previsto para 31 de janeiro de 1966, prolongou-se por duas décadas inteiras. Até mesmo a Lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, durante o último governo militar pelo general João Baptista Figueiredo (15.3.1979 a 15.3.1985) foi insuficiente para se chegar a um bom término do regime. Depois dela, grupos contrários à transição ainda deram mostras de sua existência, através dos atentados contra a Ordem dos Advogados do Brasil em 27 de agosto de 1980, vitimando a secretária da entidade Lyda Monteiro da Silva, e ao Rio Centro em 30 de abril de 1981.

O final do regime, contudo, estava definido em função das próprias negociações e dos desgastes sofridos pelas Forças Armadas, que durante o seu exercício no poder não conseguiram resolver os problemas a que se propuseram. Justiça seja feita, alguns setores, como o energético, meios de comunicação social e viários foram sensivelmente beneficiados, ainda que à custa da falta de liberdades, prisões arbitrárias, tortura e de assassinatos ainda não esclarecidos, e que ainda hoje repercutem na mídia nacional.

A saída pela porta dos fundos foi o recurso encontrado pelo general Figueiredo para encerrar o ciclo militar, abandonando o Palácio do Planalto antes da posse do presidente José Sarney.

Caminhos tortuosos foram percorridos de 1964 a 1985. Instrumentos de exceção se constituíram no mecanismo encontrado pelas Forças Armadas para se manterem no comando do aparato de Estado, nisso assemelhando-se às formas anteriormente utilizadas pelo Estado Novo.

Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina/PROLAM, da USP em fevereiro de 1998, 2 volumes, mimeografado.

Apesar das arbitrariedades observadas no período considerado, em contexto difícil, moldado pela guerra fria vigente nas relações internacionais, e do qual o Brasil e o continente latino-americano não podiam esquivar-se, pode-se afirmar que, comparativamente com os modelos vigentes na região, como por exemplo, nos casos argentino e chileno, a situação brasileira demonstrou-se menos aguda. Foi esse um dos motivos pelos quais o processo de saída do poder pelos militares brasileiros ocorreu de maneira mais tranquila, através de negociações e de um longo processo de transição que abarcou metade do período do regime militar.

Foi sobretudo o desgaste sofrido pela instituição militar que colaborou para sua própria saída do cenário político nacional após 21 anos como protagonista, e não uma capacidade superior de ver e resolver os problemas nacionais, ou muito menos sua capacidade de prever cenários, antecipando-se aos demais agentes. A se aceitar essa última afirmação, não seria possível entender porque as Forças Armadas se mantiveram no poder durante tanto tempo, se a duração total de sua intervenção já fora estabelecida desde o primeiro momento. Nem encontraríamos explicações para as clivagens verificadas dentro da própria instituição militar, tão heterogênea como as demais, ainda que a ordem e a disciplina devessem estar no centro de suas orientações.

Após o término do regime militar, muitos membros do governo que foram reticentes durante este período, mostrando-se refratários à sociedade, dispuseram-se a apresentar suas versões para a posteridade. Com discurso democrático, procuraram eximir-se da responsabilidade pela assinatura do AI-5, frisando que assim fizeram porque foram obrigados a tanto, logo contra sua vontade. Definitivamente a autoria e a herança do AI-5 tornaram-se não um butim, mas um pesado fardo que nenhum deles pretende reivindicar para si.



PRIMEIRA VERSÃO

Titulos Publicados

80. Shiguenoli Miyamoto. *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil.*
81. João Quartim de Moraes. *Erasmus e Lutero: teologia e reforma do cristianismo.*
82. Shiguenoli Miyamoto. *O idealismo e a paz mundial.*
83. Reginaldo C. C. de Moraes. *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos.*
84. Octavio Ianni. *Lingua e sociedade.*
85. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca.*
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas.*
88. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80.*
89. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança regional no contexto do Mercosul.*
91. Shiguenoli Miyamoto. *A política de defesa brasileira e a segurança regional.*
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso.*
93. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e as negociações multilaterais.*
95. Shiguenoli Miyamoto. *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento.*
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile.*
97. Shiguenoli Miyamoto. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação.*
99. Shiguenoli Miyamoto. *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum.*
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera.*
102. Shiguenoli Miyamoto. *Geopolítica do Brasil: algumas considerações.*
103. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico.*
104. Caio Navarro de Toledo. *Universidade, intelectuais e pensamento crítico.*
105. Tom Dwyer (org.), Maria Hermínia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira. *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores.*
106. Cátia Aida Silva. *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo.*
107. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North.*
108. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual.*
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania.*
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva: *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas.*
111. Shiguenoli Miyamoto. *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas.*
112. Lucas Angioni. *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles.*
113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo.*
114. Guita Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia.*

115. Tom Dwyer (org.), Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais*.
116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia)*.
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século*.
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo*.
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites*.
121. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina*.
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa*.
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo*.
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império*.
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano*.
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas*.
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro*.
129. José Carlos Pinto de Oliveira, *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva*.
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México*.
131. Amnéris Maroni. *Busca e mistério*.
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entaves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições*.
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá*.
134. José Carlos Pinto de Oliveira. *História da ciência e história da arte. uma introdução à teoria de Kuhn*.
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia*.
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci*.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received:

FALTA-NOS: _____

We are lacking:

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0XX 19) 3521.1604/3521.1603

Telefax.: (0XX 19) 3788.1589

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

pub_ifch@unicamp.br



